

O PROCESSO DE ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: INTERLOCUTORES REAIS E IMAGINÁRIOS

THE CHOICE OF THE PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING BOOK: REAL AND IMAGINARY INTERLOCUTORS

Ana Cláudia Martins de Oliveira¹
Antônio Carlos Dias Mendonça²
Janete Silva dos Santos³

RESUMO

Este artigo trata do processo de Escolha do Livro Didático de Língua Portuguesa dentro da unidade escolar, traz um breve histórico a respeito do Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) e tem como objetivo discutir o processo de escolha do Livro Didático de Língua Portuguesa, a partir da seguinte problemática: Quem é o interlocutor primeiro do Livro Didático? A pesquisa é do tipo bibliográfica com abordagem qualitativa e demonstrou que em relação à organização da escolha dos livros nas escolas, pode-se afirmar que esse processo tem início, efetivamente, a partir da chegada dos livros na escola, não havendo tempo para o professor analisar os documentos norteadores do processo de escolha. Além disso, o livro didático assume várias faces, sendo instrumento de controle a partir da ótica de uns, protagonista do processo ensino e aprendizagem, a partir do olhar de outros. E conclui-se, também que o professor é apenas o interlocutor imaginado e não o real, sendo este lugar ocupado pelos avaliadores do Programa.

Palavras chave: Livro didático. PNLD. Escolha do livro didático. Interlocutores

ABSTRACT

This article deals with the process of choosing the Portuguese Language Didactic Book within the school unit, it brings a brief history about the National Textbook Program (PNLD) and aims to discuss the process of choosing the Portuguese Language Didactic Book, from the following problematic: Who is the first interlocutor of the Didactic Book? The research is of the bibliographic type with a qualitative approach and showed that in relation to the organization of the choice of the books in the schools, it can be affirmed that this process begins, effectively, from the arrival of the books in the school, not having time for the teacher analyze the documents guiding the process of choice. In addition, the textbook assumes several faces, being an instrument of control from the perspective of some, protagonist of the teaching and learning process, from the gaze of others. And it is

¹ Graduada em Letras pela Universidade do Tocantins, Especialista em Formação de Formadores de Educação de Jovens e Adultos pela Universidade de Brasília e Mestra em Educação pela UFT ;claudinhagreat@gmail.com.

² Graduado em Letras pela Universidade do Tocantins, Especialista em Leitura e Produção Escrita pela UFT e Mestre em Ensino de Língua e Literatura pela UFT (PPGL); carlosdias07@yahoo.com.br.

³ Mestra (2001) e doutora (2010) em Linguística Aplicada pela Unicamp. Licenciada plena em Letras pela UFPA (1996). Docente da Universidade Federal do Tocantins (UFT) no curso de Letras (Licenciatura) e no PPGL (mestrado e doutorado). Membro do Comitê PIBIC da UFT e membro do comitê externo de pesquisa da UEMASUL, na área de Ciências humanas, sociais aplicadas e Letras;janetesantos35@gmail.com.

also concluded that the teacher is only the imagined interlocutor and not the real one, being this place occupied by the evaluators of the Program.

Keywords: Didactic Book. PNLD. Choice of textbook. Interlocutors.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata do processo de Escolha do Livro Didático de Língua Portuguesa dentro da unidade escolar, traz um breve histórico a respeito do Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) e tem como objetivo discutir o processo de escolha do Livro Didático de Língua Portuguesa, a partir da seguinte problemática: Quem é o interlocutor primeiro do Livro Didático? Tal inquietação surgiu a partir do momento, que sendo professor da Educação Básica, participando de alguns processos de escolha do referido livro e analisando, nas aulas de Produção e Análise de Material Didático do Programa de Pós-Graduação em Letras/UFT, os documentos oficiais que regem o processo de escolha do Livro Didático (LD), observou-se que há muito mais do que um mero ato de escolha de livro.

Tais fatos impulsionaram e instigaram a fazer investigação sobre essa temática. O livro didático é distribuído nacionalmente para todas as Unidades Escolares do País. O Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Seu Art. 1º afirma que

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD, executado no âmbito do Ministério da Educação, será destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

Em relação ao decreto, observa-se em seu escopo que foi acrescentado um novo elemento na distribuição do livro didático, agora, será distribuído também, material didático às escolas. Contudo, apesar desse novo elemento, o artigo discutirá tão somente o processo de escolha do Livro Didático de Língua Portuguesa.

Tagliani (2009) informa que o livro didático surge a partir das transformações que o ensino de Língua Portuguesa sofreu ao longo do tempo, uma vez que o referido ensino era centrado nas classes mais abastadas, com um nível de letramento mais elevado e tanto os professores quanto os alunos eram tidos como privilegiados.

A partir do momento em que o ensino passou a ser democratizado, atingindo as classes menos privilegiadas e com conhecimentos gramaticais bastante precários, houve a necessidade de uma nova roupagem aos antigos manuais didáticos, com o fim de ter as deficiências dos professores e dos alunos supridas (TAGLIANI, 2009).

Historicamente, tem-se que ao final da década de 20, pelo ano de 1929 surge o embrião do que hoje conhecemos como PNLD (FREITAG; MOTTA; COSTA, 1989), à época havia outra denominação e forma de execução. Nesse ano foi criado o Instituto Nacional do Livro, com o intuito de legitimar o livro didático nacional, bem como ampliar a sua produção.

Com a finalidade de controlar a produção e a circulação do Livro Didático no Brasil, em 1938, foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático – CNLD (Batista, 2003). A partir de então, os programas do governo federal para o referido Programa foram sendo aperfeiçoados e ganhando novos formatos até que, no ano de 1985, foi instituído o PNLD, com a denominação que conhecemos hoje, mas ainda com execução diferente da atual.

Grosso modo, o Livro Didático é hoje para o professor a “tábua de salvação”, a “muleta” em que ele se apoia, não havendo, para muitos professores, outra fonte de pesquisa, mesmo que no Guia do Livro Didático de Língua Portuguesa seja encontrada a seguinte afirmação: “incentivar professores e estudantes a buscarem textos e informações fora dos limites do próprio livro didático”. (BRASIL, 2017, p. 19). Em que momento e de que forma alunos e professores buscarão esses textos e informações fora do Livro Didático, uma vez que há, na escola hoje um grande ativismo e também em muitos casos o sofisma de que o Livro Didático precisa ser aplicado na íntegra.

Essa “tábua de salvação” coloca em evidência a precariedade da formação inicial do professor e seu despreparo, fazendo com que o Livro Didático assuma o papel do personagem principal no processo de ensino e aprendizagem. (FREGONEZI, 2003). No entanto, chama-se a atenção para o fato de haver um interlocutor final do Livro Didático. Quem seria ele?

Para a realização desse trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica, valendo-se de pesquisas anteriores encontradas em sua maioria em artigos de periódicos. Tem-se como abordagem a qualitativa, que não requer dados estatísticos. O instrumento utilizado são as fontes bibliográficas. (GIL, 2009).

A pesquisa bibliográfica requer que se siga algumas etapas. Dentre estas está a escolha do tema; a formulação do problema, busca pelas fontes e organização lógica do texto. (GIL, 2009).

A motivação para a investigação desse tema nasceu nas aulas de da disciplina de Produção de Análise de Material Didático, Gil (2009) afirma que o tema precisa ser refletido, precisa ser um tema que instiga o pesquisador. A experiência de passar por vários processos de escolha do Livro Didático de Língua Portuguesa e comparando com os temas discutidos nas aulas, percebeu-se uma lacuna entre o que acontece na escola e o processo de escolha do Livro Didático.

Decididos a respeito da temática, deu-se início ao levantamento bibliográfico, sendo as aulas de Produção e Análise de Material Didático, além dos textos utilizados nas discussões, o suporte necessário para que se desse início ao referido levantamento (GIL, 2009). O levantamento foi primordial para a problemática dessa investigação. Uma vez que se busca discutir quem é o verdadeiro interlocutor do Livro Didático de Língua Portuguesa?

O CONTEXTO DA ESCOLHA DO PNLD NA ESCOLA: BREVE HISTÓRICO

Historicamente, o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) é compreendido, a partir de três “fases”. Teve sua criação, a partir do Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. Só em 1993 o Ministério da Educação (MEC) instituiu a comissão de especialistas encarregada de avaliar a qualidade dos Livros Didáticos mais solicitados pelos professores e de estabelecer critérios gerais de avaliação do Livro Didático. Em 1994, o MEC publica o documento “Definição de critérios para avaliação dos Livros Didáticos” e, em 1996, inicia-se o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o ano seguinte. (ZAMBON; TERRAZAM, 2012).

A segunda fase do PNLD, compreende a instituição de três Programas do Governo Federal, destinados a distribuir Obras Didáticas de qualidade para os alunos de toda a Educação Básica: o PNLD - Programa Nacional do Livro Didático, atingindo os segmentos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental; o PNLEM - Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio, criado em 2004, pela Resolução nº 38 do FNDE, previa a universalização de livros didáticos para os alunos do ensino médio público de todo o país;

e o PNLA - Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos. (ZAMBON; TERRAZAM, 2012).

Já em 2010 são criados, pelo Decreto n.7.084, de 27 de janeiro de 2010, os Programas de Material Didático, compostos por dois grandes programas: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a Educação Básica e Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). (ZAMBON; TERRAZAM, 2012).

Em 2017, o Decreto nº 9.099, de 18 de julho, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, tal decreto revoga o Decreto n.7.084, de 27 de janeiro de 2010, a partir de agora o Governo Federal institui um decreto que além de abranger o PNLD também inclui Material Didático, dando margem, também à criação de uma oligopolização do setor das editoras.

De acordo com a Constituição Federal, o ensino escolar será ministrado tendo como base: (a) igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola;(b) liberdade de aprender e ensinar;(c) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;(d) gratuidade do ensino público;(e) gestão democrática;(e) garantia de um padrão de qualidade. (BRASIL, 1988).

Acredita-se, analisando o texto da Constituição Federal, que dadas as dimensões continentais do Brasil e o número de alunos da Educação Básica, que o Livro Didático é a resposta para o atendimento da letra da lei, pois, como será observado adiante, em muitas localidades, é o único “livro” a única leitura de muitos alunos.

As várias faces do Livro Didático de Língua Portuguesa

O Livro Didático de Língua Portuguesa assume várias facetas a partir do olhar ou da análise que se faça dele. Silva (2012) afirma que para o Estado e algumas escolas particulares os livros didáticos representam um instrumento de controle do sistema escolar, a garantia de qualidade de ensino e a difusão de valores, imbuídos, assim, de ideologias de seus proponentes. Para a figura do professor eles asseguram um modelo de prática, segurança no processo de desenvolvimento do trabalho e eficiência na transmissão de conteúdos exigidos por programas ou currículos. Para as famílias, expressam um sinal de qualidade na educação. (BRASIL, 1998a, p. 79).

“O ambiente da sala de aula, o número excessivo de alunos por sala, a quantidade de turmas assumidas pelos professores, e os processos administrativos assumidos no espaço escolar favorecem à escolha de práticas didáticas que facilitem o trabalho do

professor e seu cotidiano escolar” (BRASIL, 1998b, p79). Sendo tal fato, reconhecido pelo próprio Ministério da Educação (MEC). Esse quadro dá margem para o uso, aceitação ou adoção de livro, manual ou apostila como único material didático utilizado para o ensino. (BRASIL, 1998b).

Dentro dessa conjuntura, o livro didático assume, assim, o papel principal no processo ensino aprendizagem. Segundo Abud (1986, p.81) ele passa a ser responsável “pelo conhecimento histórico do homem comum. É ele o construtor do conhecimento histórico daqueles cujo saber não vai além do que lhes foi transmitido pela escola”. É o único suporte de conhecimento, não só histórico, mas de todas as áreas e esse suporte está impregnado de ideologias próprias dos autores, sendo assim, bastante tendencioso.

Tal ambiente, propicia às editoras de livros didáticos a oferta de um produto que se adapte à essa realidade precária da escola e dos professores, tanto no campo profissional quanto de formação. Kazumi Munakata (1997) realizou pesquisa sobre o assunto e ao entrevistar a responsável pela edição de uma editora, esta afirmou que

Não podemos fazer para a escola pública um material que dê trabalho para o professor, que implique preparação de aula, pesquisa além do livro. Porque ele não tem onde, não tem recursos, não tem formação para isso. A gente tem que fazer livros mais mastigadinhos, com aula prontinha do começo ao fim, que tenha estratégia já indicada para o professor, que não implique preparação de aula, pesquisa além do livro. (MUNAKATA, 1997, p. 151).

A afirmação acima, é constatada diuturnamente na rotina estressante da sala de aula, o que dificulta ao professor buscar em outras fontes de pesquisa base para o trabalho. Sendo o livro didático o único recurso de trabalho e de consulta pessoal, provendo assim o aluno de um conhecimento diminuído.

Na concepção de Silva (2012), o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) é um grande negócio para as editoras, pois ter um livro de seu catálogo escolhido por diversas escolas brasileiras é garantia de vendagem, mesmo que o valor pago seja mais baixo que o mercado, o faturamento tem aumentado, pois o volume é grande, incidindo sobre a lucratividade das editoras.

O ex-presidente da Associação dos Autores de Livros Educativos (ABRALE) diz que o MEC é um dos maiores compradores de livros do mundo, sendo que esse montante era em 2012 de 110 milhões de livros. (MUNAKATA, 1997).

Alcançando esse montante, cria-se uma disputa entre as editoras, que desenvolvem marketing junto aos professores no intuito de “serem as escolhidas”, muitas editoras encaminham brindes aos professores, disponibilizam livros paradidáticos tanto físicos como em meio eletrônico, ofertam formação continuada para professores por área de conhecimento, dentre outras estratégias. (ZAMBON; TERRAZAM, 2012).

Para serem escolhidas as editoras precisam concorrer ao Edital do PNLD, que é formado por pareceristas (professores pesquisadores) de universidades públicas diversas do país, além de professores da educação básica das redes públicas de ensino. Essa equipe produz um catálogo, com resenha das obras que atendam às prerrogativas do edital. A partir do Guia do Livro Didático ou do próprio Livro Didático os professores fazem análise e, posteriormente escolhem o livro com os quais vão trabalhar com seus alunos durante os próximos três anos. (ZAMBON; TERRAZAM, 2012).

O governo federal implementou ao longo dos anos um sistema avaliativo de sua rede, da educação que oferta, como exemplo o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com o PNLD não é diferente, motivo pelo qual conta com um sistema avaliativo criterioso e sistemático, levando ao estado, a partir dos resultados dessas avaliações determinar novas diretrizes e recomendações aos envolvidos no processo de escolha, quais as melhores para se trabalhar. (ZAMBON; TERRAZAM, 2012).

Tais fatos têm gerado inúmeras críticas, uma vez que o governo que oferece é o mesmo que avalia o oferecido, criando assim um corporativismo livresco e de editoras. Além disso, um dificultador do processo de escolha do Livro Didático é o fato dos professores não criarem um momento de análise do Edital, Decreto e Guia de Livro Didático com o fim de verificar os critérios de escolha, ficando esse, preso apenas à observação da presença de textos interessantes, atividades de interpretação, tópicos gramaticais, ignorando a organização didática, metodológica, as práticas de reflexão da linguagem e sobre a língua, com o fim de levar em consideração a compreensão e construção do texto.

Sobre isso, Oliveira (2017) apresenta pesquisa sobre o Livro Didático de Língua Portuguesa (LDLP) em que constatou que o referido processo ocorre de forma aligeirada, sem disponibilidade de tempo por parte do professor para análise dos livros. Além disso, aponta, também, que os professores reconhecem que há critérios a serem seguidos para a escolha, contudo, a falta de tempo impede ao professor ou a dificuldade da escola em

organizar esse momento tem impedido uma análise mais profunda, evidenciando certa precariedade no processo de escolha do LDLP. (OLIVEIRA, 2017).

Essa ausência ou não observância a tais critérios ou a falta de estabelecimento destes, leva a acontecimentos constrangedores como a polêmica que envolveu o livro “Por uma Vida Melhor”, aprovado pelo PNLD e distribuído em escolas da rede pública pelo MEC, em 2011. Tal acontecimento, revelou o total desconhecimento da imprensa e população sobre o estudo da linguagem. Além disso, expôs a fragilidade do professor frente a essa situação, exacerbando o desconhecimento do professor da educação básica frente ao escopo de atuação de pesquisadores que se ocupam em compreender e analisar os usos situados da linguagem. (POSSENTI, 2011).

O livro foi recolhido, o MEC pediu desculpas, afirmando que houve falha no processo de escolha, desqualificando, por conseguinte os pareceristas e os professores da educação básica. Esse fato, demonstra que o professor precisa se apropriar dos documentos que regem o PNLD, seus critérios, suas minúcias, pois muitas vezes ele só vai conhecer o livro didático, escolhido por ele, no cotidiano da sala de aula, criticando inúmeras vezes sua organização e distribuição de conteúdo, no entanto, ele teve um tempo para essa análise, logo fica a pergunta: a quem serve a escolha do livro didático no chão da escola?

Nota-se que o LD assume várias faces, sendo instrumento de controle a partir da ótica de uns, protagonista do processo ensino e aprendizagem. É a meca das editoras, a ponto de serem elas que determinam o “mastigar” das aulas e, por fim, a face do aligeiramento da escolha do Livro Didático por falta de tempo para uma análise mais profunda, por parte dos professores.

O INTERLOCUTOR DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: REAL E IMAGINÁRIO

Essa seção tratará dos interlocutores que compõem o Livro Didático, parte-se do princípio que há um interlocutor real e um imaginário. Antes, porém, se faz necessário conhecer o que se entende por Livro Didático. Recorre-se, inicialmente, a Bunzen (2005, p.75), que define o verbete Livro Didático de Língua Portuguesa. Para o referido autor:

O livro didático de Língua Portuguesa constitui-se como um material que foi pensado intencionalmente para o uso em situações escolares coletivas (nas salas de aula) ou individuais (em casa). Ou seja, sua principal função social é colaborar para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem formal e

sistematizado da Língua Portuguesa. Seus principais interlocutores – professores e alunos – encontram, em suas sucessivas páginas impressas, uma forma especial de disponibilização e de circulação de objetos do conhecimento que se vinculam à disciplina escolar “Português” ou “Língua Portuguesa” – também já denominada de “Comunicação & Expressão”.

Nesse contexto, pode-se observar que alguns autores “definem” livro didático como um suporte, que reúne textos e imagens de diversos. Há quem o considere um gênero de discurso, contendo um conjunto de textos de diversas áreas da sociedade. (OLIVEIRA, 2017).

Segundo Oliveira (2017), há quem “veja” o LDLP como um projeto maior, seja do autor, seja do governo com fins políticos, sociais, econômicos e culturais de atingir professores e alunos. Além disso, ele legitima o trabalho do professor uma vez que essa é, muitas vezes, a única ferramenta de trabalho do professor.

Após apresentação das facetas do LD, pode-se afirmar, por meio do estudo de Nogueira, Silva e Colombo (2018) que há o estabelecimento de uma dinâmica quase que perversa dentro do processo de escolha do LD, pois, à medida que os programas e livros didáticos passam a elaborar e detalhar a sequência e o formato das atividades de ensino, os professores vão, pouco a pouco, sendo destituídos do trabalho de concepção e organização do ensino. (NOGUEIRA; SILVA; COLOMBO, 2018).

O que denota que a dinâmica do processo e escolha do Livro Didático de Língua Portuguesa (LDLP) ,reitera a restrição do trabalho do professor em apenas seguir a orientações e prescrições repassadas e os “instrumentos, desconhecendo que a complexidade da atividade de ensino está justamente na contínua seleção, transformação e reelaboração das orientações e dos meios de trabalho, de forma articulada às necessidades e características de cada um de seus alunos. (NOGUEIRA; SILVA; COLOMBO, 2018, p. 315).

O fato do professor ficar de fora da seleção de obras para compor o Guia do Livro Didático, faz com que esse material tenha muito mais a voz dos pareceristas e do MEC do que propriamente do professor e do aluno, sendo o professor, apenas um porta voz do discurso oficial reinante nos livros escolhidos.

Por assumir essa importância no espaço escolar, o Livro Didático requer análise mais abrangente. Com esse fim Nogueira, Silva e Colombo (2018, p.318) realizaram pesquisa em que fazem análise sobre o livro didático, na qual afirmam que “é fundamental analisar o contexto de produção no qual está inserido e explicitar as diferentes vozes e interlocutores que circulam dentro desses livros”.

Os mesmos autores ressaltam ainda, que é importante olhar o livro dentro da sociedade, já que este é a representação da escola, do professor e do processo ensino e aprendizagem (NOGUEIRA; SILVA; COLOMBO, 2018). Assumindo assim, a identidade da escola e do professor, mesmo que seu papel tenha sido apenas o de mero “coadjuvante” na escolha do livro, selecionados por especialistas, previamente escolhidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Nesse contexto, é interessante trazer a fala de Bakhtin (2004) que diz sobre como ocorre esse processo em que um discurso (professor) representa a fala de outro (governo), contudo, aquele passa a ser impregnado e representado por esse. Assim:

[...] aquilo de que nós falamos é apenas o conteúdo do discurso, o tema de nossas palavras. [...] Mas o discurso de outrem constitui mais do que o tema do discurso, ele pode entrar no discurso e na sua constituição sintática, por assim dizer, ‘em pessoa’, como uma unidade integral da construção. Assim, o discurso citado conserva sua autonomia estrutural e semântica sem nem por isso alterar a trama linguística do contexto que o integrou (BAKHTIN, 2004, p. 144).

Orlandi (2009) afirma que para que o discurso exista é necessário que haja a existência de um outro, anterior a este, no entanto, para que o processo aconteça é preciso que se caia no esquecimento e posteriormente seja o discurso reconstruído. “Entende-se que os discursos são permeados pelo discurso de outros, [...], são polifônicos. As vozes dos avaliadores e do edital do PNLD estão dialogicamente presentes nos livros didáticos [...], em intenso diálogo com os autores e todo o corpo editorial”. (NOGUEIRA; SILVA; COLOMBO, 2018, p. 319).

O questionamento mais latente ao analisar o que os autores acima afirmam é: qual o interlocutor primeiro do autor do Livro Didático? Os pareceristas? Os técnicos do FNDE? Ou é o professor? Seria o professor o verdadeiro interlocutor do autor do Livro Didático de Língua Portuguesa?

Ao refletir sobre esses questionamentos, pode-se imaginar que o professor seria, apenas, um suposto destinatário do LDLP, sendo que os verdadeiros interlocutores são os pareceristas? De que forma é a representação do professor nesse processo? Essas são questões salutares, quando se percebe a importância que o LDLP assume dentro da escola e seu papel perante a comunidade na qual a escola está inserida.

Segundo Nogueira, Silva e Colombo (2018) o LDLP tem inúmeros destinatários, pois mesmo quando as orientações são destinadas ao professor, elas também visam a atender aos avaliadores do PNLD, uma vez que precisam atender ao que consta no edital,

ou seja, antes de atrair o professor para a sua obra é preciso, primeiro, torná-la interessante aos avaliadores para obter aprovação e assim ter condição de chegar à escola e ter uma possível indicação do professor.

Nossas análises indicam que, em vez de se dirigir ao professor e aos alunos, os editores e autores dos livros didáticos precisam responder adequadamente aos avaliadores do PNLD, ao edital e às normas dos programas para que sejam aprovados. São estes, conseqüentemente, os principais interlocutores e protagonistas na produção do livro escolar, e o professor, que ocupa lugar definido na concretude das condições da escola, passa para um lugar secundário (NOGUEIRA; SILVA; COLOMBO, 2018, p. 323).

Tal fato pode acarretar nos professores um descompasso quanto ao que lhe é “prometido” nas resenhas do Guia do Livro Didático e ao que realmente há no LD, agravado pela falta de tempo do professor em fazer uma análise mais aprofundada do material, uma vez que a realidade da escolha do LDLP nas Unidades Escolares difere um pouco do que se é apregoado, uma vez que não é disponibilizado tempo para uma análise mais profunda tanto do Edital quanto das obras a serem escolhidas. Segundo Zambon e Terrazam, (2012, p. 7), as informações socializadas para professores a respeito do Livro Didático se restringem, em geral, a “informar sobre os livros que chegaram e sobre o prazo para registro da escolha”. Os autores ressaltam ainda que a escolha acontece de forma individual ou no intervalo (recreio), na sala dos professores.

Outro fator observado na pesquisa de Zambon e Terrazam (2012) que é bastante comum: a escolha acontece durante o recreio, uma vez que este é um dos poucos momentos em que há possibilidade de reunir um grande número de professores, sendo que eles são separados por área de conhecimento, momento em que “analisam” os Livros Didáticos, indicando o “escolhido” para a coordenação da escola.

Ministrando aula de Língua Portuguesa na Rede Estadual de Educação é possível afirmar que o PNLD é um programa, que apresenta falha em seu processo de divulgação, não sendo apresentado como deveria ser para as escolas. Muitos professores o conhecem apenas de nome, no entanto, ele rege um processo sazonal, no qual consta o referencial teórico a ser utilizado pelos professores para um determinado período letivo.

Outro ponto destacado por Zambon e Terrazan (2012) é a ausência de reuniões para a troca de informações e justificativas sobre a escolha, com o fim de garantir transparência no processo de escolha, além de permitir que a escola possa discutir aspectos mais amplos, tentando assim criar uma identidade própria a partir da escolha do Livro Didático, fato corroborado pela pesquisa de Oliveira (2017).

Ambas as pesquisas apontaram também que, raramente, o professor folheia o Guia de Livro Didático, dando preferência aos livros físicos encaminhados para a escola. “Tudo isso indica o peso que as editoras tiveram nesse processo de escolha dos livros no contexto investigado, chegando ao limite em que Livro Didático que não chegou na escola ter uma chance reduzida de ser escolhido”. (ZAMBON; TERRAZAM, 2012, p. 9), (OLIVEIRA,2017).

Alguns aspectos necessitam de ser observados no que se referem ao LD, dentre eles a “falsa sensação” de que o real destinatário/interlocutor do referido livro seja o professor, há assim, uma distância entre o real e o imaginário no que se refere ao interlocutor do LD, o que pode ser observado nos guias encaminhados aos professores, o que está no livro e o que é aplicado em sala de aula (NOGUEIRA; SILVA; COLOMBO, 2018).

A escolha do Livro Didático expõe fragilidades do processo de escolha, dentre elas o fato do livro didático não ser idealizado pensando no professor ou aluno como interlocutores primeiros e principais e sim nos avaliadores/pareceristas do Livro Didático. Outro fator a ser destacado são as “condições” de escolha do Livro Didático proporcionado ao professor, uma vez que não é disponibilizado tempo para uma análise mais acurada dos referidos livros, além do fato de que os professores dão prioridade aos livros encaminhados para a escola, não se atendo às obras elencadas no Guia do Livro Didático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à organização da escolha dos livros nas escolas, pode-se afirmar que esse processo tem início, efetivamente, a partir da chegada dos livros na escola. Outro fator limitante no processo de escolha do LDLP é o fato de não haver tempo para a análise dos documentos norteadores do processo de escolha (Edital, Decreto e Guia de Livro Didático), alimentando assim, um ciclo vicioso constituído no espaço escolar, em que os professores ficam presos apenas à observação da presença de textos interessantes, atividades de interpretação, tópicos gramaticais, ignorando a organização didática, metodológica, as práticas de reflexão da linguagem e sobre a língua, com o fim de levar em consideração a compreensão e construção do texto.

Essa investigação demonstra, também, que o LD assume várias faces, sendo instrumento de controle a partir da ótica de uns, protagonista do processo ensino e aprendizagem, a partir do olhar de outros, além de ser a meca das editoras.

Além disso, as “condições” de escolha do Livro Didático proporcionado ao professor, uma vez que não é disponibilizado tempo para uma análise mais acurada dos referidos livros, outrossim, os professores dão prioridade aos livros encaminhados para a escola, não se atendo às obras elencadas no Guia do Livro Didático.

Esse estudo conclui, também, que apesar de se pressupor que o interlocutor principal do LD é o professor, tal fato não condiz com a realidade pois, como demonstrado, os interlocutores primeiros e principais são os avaliadores/pareceristas.

Os pontos elencados acima enfraquecem todo o processo, evidenciando que o PNLD ao mesmo tempo que busca universalizar o acesso ao Livro Didático, também legisla e determina o formato de elaboração dele. O que faz com que o referido livro passe a ter inúmeras vozes, contudo a que ecoa de modo mais forte é a do próprio PNLD, já que as editoras buscam ter seus livros aprovados.

Nesse contexto, um dos fatores principais do processo de escolha é que o professor é apenas o interlocutor imaginado e não o real, sendo este lugar ocupado pelos avaliadores do Programa. O ideal seria considerar professor e alunos como interlocutores principais e primeiros dos Livros Didáticos, sem isso, o distanciamento de linguagem e seus usos sociais serão cada vez mais longínquos da realidade da sala de aula.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia M. O Livro Didático e a Popularização do Saber Histórico. In: SILVA, Marcos da (Org.). **Repensando a História**. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1986. P. 73-92.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução de M. Lahud e Y.F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. A Avaliação dos Livros Didáticos: para entender o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). In: ROJO, Roxane; BATISTA, Antônio Augusto Gomes (Org.). **Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura Escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 2003. p. 25-67.

BRASIL, Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Livro Didático**. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental (SEF). **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução**. Brasília, DF: SEF, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental (SEF). **Parâmetros Curriculares Nacionais: história**. Brasília, DF: SEF, 1998b.

BUNZEN, C.S. **Livro didático de Língua Portuguesa: um gênero do discurso**. 2005, 168f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Estadual de Campinas: Campinas. 2005.

FREGONEZI, D. Livro didático de Língua Portuguesa: liberdade ou opressão? In: LEFFA, V. (Org.). **Tela 2 (Textos em Linguística Aplicada)**. CD-rom. Pelotas: Educat, 2003.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo Livros Didáticos e Paradidáticos**. 1997. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

NOGUEIRA, Ana Lúcia Horta; SILVA, Maísa Alves; COLOMBO, Silmara Regina. **O Trabalho do Professor em Propostas do PNL D de Ensino de Língua Portuguesa**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 313-336, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623665370>. Acesso em: 20 de jan. de 2018.

OLIVEIRA, Luciano. **O Livro Didático de Língua Portuguesa e seus usos a partir do Processo de Escolha**. Faculdade Sant'Ana em Revista, v.1, 1. sem. 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

POSSENTI, Sirio. **Aceitam tudo**. Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/00I5137669-EI8425,00-Aceitam+tudo.html> Acessado em 20/01/2018.

SILVA, Marco Antonio. **A Fetichização do Livro Didático no Brasil**. Educ. Real., Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em 20/01/2018.

TAGLIANI, Dulce Cassol Tagliani. **O Processo de Escolha do Livro Didático de Língua Portuguesa**. Linguagem em (Dis)curso, Palhoça, SC, v. 9, n. 2, p. 303-320, maio/ago. 2009.

ZAMBON, Luciana Bagolin; TERRAZAN, Eduardo. Estudo sobre o processo de escolha de livros didáticos organizado em escolas de educação básica. In: **Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul (Anped Sul)**, 9., 2012, Caxias do Sul, RS. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2386/97> . Acesso em: 22/01/2018

